

Pagar é a melhor solução

de Júlio

WOLF GRUENBERG

* 5 OUT 1989

*"As pequenas dívidas são abor-
recedoras como as moscas. As
grandes, logicamente, deveriam
ser terríveis como os leões, e são
mansíssimas." (Machado de As-
sis)*

Alguns magos da economia brasileira e outros tantos suseranos da política cabocla escalaram a dívida externa como bode expiatório de todos os males gerados pela nossa incompetência. E, nesse campo, imaginam que o Brasil possa conseguir uma proeza inédita na história da humanidade. A proeza de dar um solene calote nos credores, obrigá-los a fazer novos empréstimos ao Brasil e, além disso, que os empresários dos países caloteados sejam obrigados a desviar investimentos pesados para incrementar o desenvolvimento brasileiro, ainda com o compromisso cívico-patriótico de não pensarem em lucro, nem em reparação dos resultados comerciais obtidos!

Uma fórmula deveras imaginativa, mas irreal, tão irreal quanto a irresponsabilidade da imaginação de cada um. Algo muito parecido como transformar o tupi-guarani em idioma universal, só porque não, brasileiros, queremos e achamos que deva ser assim.

Tal aberração cabe somente na cabeça desocupada dos seguidores do tão glorificado "filósofo" tupiniquim, Gerson, arauto da teoria do "levar vantagem" nem que seja a custo da dignidade e do caráter. Nossa argumentação diante dos credores seria mais ou menos assim: "Eu lhe devo dois; você me empresta mais dois; e eu lhe dou um calote de quatro!"

Claro que não se possa debitári aos nossos compromissos externos uma parte da responsabilidade pelo entrave da economia brasileira nesta década. Uma parte, não a totalidade, menor que o outro mal nacional, o déficit público, sobre o qual pouco se fala e nada se resolve.

Pode-se considerar descabido, injusto mesmo, que o Brasil tenha-se transformado, nos últimos quatro anos, num exportador líquido de capitais da ordem de US\$ 41,2 bilhões de dólares; que o Brasil tenha pago, de 1984/88, um total de US\$ 69,7 bilhões da sua dívida, ou seja, US\$ 18,8

do principal e US\$ 50,9 bilhões de juros, contra um ingresso no mesmo período de apenas US\$ 28,4 bilhões. Com o agravante de que esses quase US\$ 30 bilhões "entraram" na forma de capitalização dos juros ao principal. Um anacronismo mercantil que é vedado pela lei interna brasileira, mas do qual se vale o Brasil no plano internacional!

Nada disso, entretanto, invalida o pressuposto da honra dos compromissos assumidos. Quem procurou alguém livremente para tomar emprestado o que quer que seja, assumiu implicitamente o compromisso de devolver o empréstimo na forma e no prazo combinados. Se hoje o resgate do principal torna-se difícil diante do vultoso volume dos juros, culpa cabe a quem negociou incompetentemente o empréstimo, aceitando taxas flutuantes, pós-fixadas pelos credores. O absurdo da taxa flutuante não elide o absurdo do pretendido calote.

Cabe, de certo, uma decodificação simplista da nossa dívida externa para entender-se a inconsequência desejada de não se pagar os juros. Dos US\$ 112 bilhões devidos, US\$ 12 bilhões correspondem às necessidades dos recursos a curto prazo para movimentação das contas internacionais do País. Cerca de US\$ 40 bilhões correspondem a dívidas oficiais do próprio País, contraídas junto a organismos internacionais e outras instituições com aval irrecusável do Tesouro. Não pagar implica represálias e retaliações que o Direito Internacional assegura aos credores; resta portanto algo parecido com US\$ 60 bilhões, emprestados por credores particulares. Instituições financeiras que captaram recursos dos seus clientes para aplicar num país supostamente correto e cumpridor das obrigações assumidas: o Brasil.

As taxas mais significativas são devidas a esses credores privados. Deixar de pagar corresponderia a gerar uma disponibilidade interna de dívida de US\$ 4 bilhões a cada ano. Um resultado que, como se diz na gíria, não "refresca" em nada, considerando as necessidades de recursos para incrementar o nosso desenvolvimento. Afinal, os superávits da balança comercial

vêm apresentando volumes bem mais representativos: US\$ 19 bilhões, no último exercício.

Depreende-se, portanto, que mais lucratá o Brasil se não entrar no escorregadio campo da inadimplência internacional. Que administre melhor a sua dívida, nada impossível de ser pago. No início da década, a Coréia encontrava-se numa situação semelhante, pensando até em moratória. Decidiu-se entretanto pela competência e pela credibilidade: já está saldando adiantadamente o remanescente de sua dívida e registrando um dos mais invejáveis índices de desenvolvimento econômico do Mundo.

Têm-se, a rigor, que por cabeça dos magos das finanças e dos suseranos da política que o Brasil vai precisar na próxima década de recursos anuais da ordem de US\$ 15 ou US\$ 20 bilhões para voltar a crescer a índices próximos a 10%. Sem o que ficará condenado a permanecer na periferia da riqueza mundial. Precisa repatriar os US\$ 60 bilhões dos seus cidadãos que, por não acreditarem mais nos dirigentes nacionais, estão fugindo para países seguros e confiáveis. Como a poupança interna ainda é insuficiente, precisa atrair capitais externos pelas duas vertentes mais alcançáveis: a dos empréstimos e a dos investimentos privados.

Afinal, além dos seus pregoeiros inconsequentes, o exemplo do calote certamente vai interessar tão-somente aqueles que têm dívidas com o Brasil. Apesar dos pesares, o Brasil é hoje credor de quase US\$ 2 bilhões só de países latino-americanos!

A prevalecer a "filosofia" de "levar vantagem", a vantagem estaria no convencimento de que se deve pagar a dívida, naturalmente buscando com os credores apenas a forma e o prazo de sua liquidação. A experiência tem provado que o devedor disposto a saldar seu débito paga sempre menos que o devedor recalcitrante. Também as práticas comerciais têm demonstrado que crédito vale mais do que dinheiro e que pagar dá lucro.